

Vozes da Lagoa: memória, pertencimento e mobilização comunitária. O caso do sítio arqueológico Jacuné, Niterói, RJ

Voices of the Lagoon: memory, belonging and community mobilization. The case of the Jacuné archaeological site, Niterói, RJ

André Conte Zulian*
Michelle Mayumi Tizuka**
Anderson Marques Garcia***

Palavras-chave:
Arqueologia comunitária
Preservação
Patrimônio cultural

Resumo: A intensificação dos eventos climáticos extremos no contexto atual tem afetado não apenas as dinâmicas sociais contemporâneas, mas também o patrimônio arqueológico. Este artigo analisa os impactos combinados das mudanças climáticas e da urbanização no sítio arqueológico Jacuné, que integra o Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu, em Niterói, Rio de Janeiro. A partir da análise da documentação, entrevistas com moradores, identificação e pesquisa arqueológica do sítio, discute-se os desafios da preservação e conservação de sítios arqueológicos em um litoral em constante transformação. Por fim, argumenta-se que a Arqueologia, ao integrar saberes locais e análise científica, pode desempenhar um papel ativo na formulação de estratégias de resiliência socioambiental.

Keywords:
Community archaeology
Conservation
Cultural Heritage

Abstract: The intensification of extreme weather events in the current context has affected not only contemporary social dynamics but also archaeological heritage. This article analyzes the combined impacts of climate change and urbanization on the Jacuné archaeological site, part of the Lagoa de Itaipu Archaeological Complex in Niterói, Rio de Janeiro. Based on documentation analysis, interviews with residents, and archaeological identification and research at the site, the article discusses the challenges of preserving and conserving archaeological sites on an urban and constantly changing coastline. Finally, it argues that archaeology, by integrating local knowledge and scientific analysis, can play an active role in formulating socio-environmental resilience strategies.

Recebido em 30 de agosto de 2025. Aprovado em 12 de novembro de 2025.

Introdução

Os eventos climáticos extremos deixaram de ser uma ameaça abstrata. Enchentes, secas severas, aumento do nível do mar e alterações ecológicas abruptas tornaram-se parte do cotidiano de inúmeras comunidades ao redor do mundo. No Brasil, as consequências desses fenômenos já se fazem sentir de maneira dramática, com implicações diretas sobre populações costeiras e ecossistemas frágeis.

O 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

(IPCC, 2023), destaca que mudanças sem precedentes no clima da Terra estão sendo observadas em todas as regiões do planeta, impactando todos os ecossistemas e sociedades, e continuarão a se intensificar com o aquecimento global. Estas mudanças relacionadas ao clima estão aumentando a incidência de desastres naturais, que, por sua vez, aumentam os conflitos humanos, deslocamentos e impactos na saúde, incluindo a perda de vidas. A intensidade e a frequência de eventos extremos tendem a aumentar em função de cenários de mudanças climáticas.

* Graduando em Arqueologia pela DARq/UERJ. Estagiário do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas - NuPAI/UERJ. E-mail: andrezulain@gmail.com.

** Doutora em Ciências da Computação pela PGC/IC/UFF. Pesquisadora do Instituto Floresta Darcy Ribeiro e do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas - NuPAI/UERJ. E-mail: mmtizuka@gmail.com.

*** Doutor em Arqueologia pela PPGARQ/MN/UFRJ. Professor do Departamento de Arqueologia - DARq/UERJ e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas - NuPAI/UERJ. E-mail: andersonmarquesgarcia@gmail.com.

Dados do IPCC (2021) e levantamentos no Brasil, como os do Ministério de Ciência & Tecnologia, apontam claramente esse aumento de eventos climáticos extremos sem precedentes nas últimas décadas. Em Niterói, há evidências iniciais de ocorrência com maior frequência e intensidade de chuvas em forma de pancadas localmente fortes, ressacas e ventos intensos, provocando danos na cidade. O Centro de Monitoramento e Operações da Defesa Civil de Niterói tem reportado com frequência valores de precipitação significativamente elevados na cidade, ultrapassando em alguns meses (como em outubro de 2023) quase o dobro da precipitação média do mês.

Em paralelo, o patrimônio arqueológico — especialmente aquele localizado em áreas costeiras — tem enfrentado deterioração acelerada. Essa destruição não é apenas resultado das mudanças naturais, mas é amplificada por intervenções humanas. Neste contexto, a Arqueologia é convocada não apenas a documentar e preservar vestígios do passado, mas também a propor estratégias para o futuro.

Sítios arqueológicos costeiros no estado do Rio de Janeiro vêm sendo impactados ao longo do tempo por mudanças climáticas, urbanização desordenada, queimadas e grandes obras de engenharia — muitos desses impactos resultando em danos diretos ou invisíveis no registro arqueológico. Em Niterói, modificações na paisagem como a urbanização acelerada, descaracterização de paisagens, assoreamento e redução da vegetação de restinga, entre outros, comprometem diretamente os contextos estratigráficos e a integridade dos sedimentos onde os vestígios culturais estão depositados, mesmo sem drenagens ou dragagens explícitas.

Esses exemplos demonstram que, no território estadual e municipal do Rio de Janeiro, a arqueologia enfrenta múltiplas vulnerabilidades: desde transformações físicas por obras e urbanização até perdas simbólicas causadas por eventos climáticos extremos e negligência histórica, como o caso do Sambaqui de Camboinhas e de Duna Grande (Tizuka, 2024; Garcia 2024), que vêm sofrendo constantes ameaças e impactos ao longo dos últimos 40 anos, frente a especulação imobiliária, invasões irregulares, incêndios e falta de

reconhecimento do próprio poder público (Tizuka et al. 2019). Mesmo com o avanço importante de pesquisas arqueológicas na Região Oceânica de Niterói, desde as décadas de 1960 e 1970, com importantes contribuições de Dias (1968), Kneip et al. (1981), Macario et al. (2021), Andrade e Gaspar (2019), Tizuka et al. (2024), Garcia (2024) e Leles et al. (2025), a preservação desses sítios depende de uma atuação ética e integradora, que articule escavações preventivas, diálogo com comunidades, políticas públicas e planejamento urbano que respeite a fragilidade desses patrimônios costeiros.

É nesse contexto que apresentamos o estudo de caso do sítio arqueológico Jacuné, um dos que pertence ao Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu (Garcia, 2024), cujas pesquisas apontam que parte significativa do sítio sofreu seccionamento físico, resultando na interrupção da continuidade estratigráfica horizontal e na perda de porções de seu contexto original, devido a abertura do canal artificial do Camboatá na década de 1940. Estudos como o de Dutra (2017) mostram que intervenções como a abertura do Canal do Camboatá, dragagens, além de alterações climáticas projetadas (elevação do nível do mar entre 1,20 e 1,80 m até o ano 2100), expõe sítios costeiros a riscos de inundação permanente, salinização e erosão acelerada. Estes processos reduzem a profundidade da lagoa, afetam a circulação hídrica e degradam áreas sensíveis de preservação patrimonial e arqueológica.

Situado em uma região de intensa pressão urbana e sujeito a alterações ambientais profundas e novas intervenções em seu entorno, o sítio Jacuné reúne as condições ideais para se pensar a atuação da Arqueologia frente às urgências impostas pelas mudanças climáticas e pela expansão urbana.

Contexto histórico-geoambiental do sítio Jacuné

Geologicamente, a área é formada por depósitos quaternários holocênicos, compostos por sedimentos arenosos, silto-argilosos e orgânicos. A geomorfologia apresenta planícies arenosas costeiras, cordões litorâneos, dunas fixas e móveis, parcialmente estabilizadas por vegetação, e margens lagunares baixas suscetíveis à erosão e assoreamento.

O clima é tropical úmido, com média anual de temperatura entre 23 °C e 24 °C e precipitação anual entre 1.200 e 1.500 mm, concentrada no verão. Ventos predominantes de Leste e Nordeste influenciam a dinâmica sedimentar, enquanto ressacas oceânicas e tempestades de verão podem causar inundações e erosão.

Antes da abertura, o sistema era caracterizado por uma barreira arenosa e restingas contínuas, que isolavam a lagoa do mar, exceto por canais temporários formados por ressacas. A obra rompeu essa dinâmica natural, permitindo uma troca de águas constante e alterando o equilíbrio entre águas doces e salgadas.

O canal foi aberto artificialmente na década de 1940 com o objetivo de melhorar a renovação das águas da lagoa, favorecer a pesca e a navegação. A obra buscava reduzir a estagnação das águas, aumentar a salinidade e, teoricamente, recuperar a qualidade ambiental da lagoa. Ao longo das décadas, a lagoa sofreu dragagens e alargamentos sem estudos ambientais integrados, alterando a hidrodinâmica, o gradiente salino e a sedimentação, com efeitos diretos sobre as margens e o sítio arqueológico.

Com a abertura do Canal do Camboatá, parte significativa do sítio arqueológico Jacuné sofreu seccionamento físico, resultando na interrupção da continuidade estratigráfica e na perda de porções de seu contexto original. A intervenção alterou de forma irreversível a configuração espacial do sítio, comprometendo a integridade dos depósitos arqueológicos. Considera-se provável que outros sítios arqueológicos do entorno tenham experimentado impactos similares, em decorrência direta tanto das modificações hidrodinâmicas promovidas pelo canal quanto da implantação subsequente de empreendimentos imobiliários, como os condomínios locais, que implicaram remoção de sedimentos, aterros e supressão de vegetação associada aos vestígios culturais.

Hidrologicamente, o canal estabelece hoje uma conexão permanente entre as lagoas, sendo que a Lagoa de Itaipu tem a sua abertura permanente com o mar (desde a sua abertura no final da década de 1970), aumentando a salinidade e modificando ecossistemas aquáticos e marginais. A vegetação do entorno do sítio é composta por remanescentes de restinga, manguezais e vegetação paludosa, que

atuam como proteção natural contra erosão, mas que vêm sendo reduzidos pela urbanização.

Essas condições combinadas tornam o sítio Jacuné vulnerável a inundações, erosão acelerada, intrusão salina e perda de contexto arqueológico, evidenciando a necessidade de estratégias de preservação integradas. Assim, o contexto histórico-geoambiental do canal é inseparável da história recente do Jacuné — um sítio que, por séculos protegido por um sistema lagunar fechado, passou a sofrer pressões ambientais e antrópicas intensas a partir de meados do século XX.

Em 1946, realizou-se a primeira intervenção no sistema lagunar Piratininga-Itaipu com a abertura de um canal de ligação entre a Lagoa de Itaipu e de Piratininga: o Canal de Camboatá (Andrade, 2017). A obra de construção do canal, idealizada pelo então Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), teve o intuito de escoar água no sentido Piratininga-Itaipu, evitar enchentes e alagamentos no entorno das lagoas, e desta forma, conter epidemias de doenças transmitidas por mosquitos, em especial a malária (Hidrosience, 2018; Oliveira, 1948). Também se buscava possibilitar o tráfego de embarcações entre as lagoas, contudo, já em 1947, a passagem de canoas quase não era possível, pois a ligação havia sido tomada por vegetação (Andrade, 2017). Com a inauguração da ponte Rio-Niterói em 1974, a região oceânica de Niterói sofreu com uma intensa valorização imobiliária e acelerado crescimento urbano, e as décadas seguintes foram marcadas pelo crescimento dos bairros de Cambinhas, Itaipu e Piratininga (Hidrosience, 2018). Mais especificamente, no caso do Canal do Camboatá, foram construídos condomínios em grande parte de suas margens voltadas ao bairro de Cambinhas, e em Itaipu, foram construídas diversas casas na região conhecida como Jacuné.

A segunda grande intervenção, motivada pela valorização da região, foram os aterros e a abertura do Canal de Itaipu, realizados em 1979 pela empresa Veplan, como parte do projeto Plano Estrutural de Itaipu (Andrade, 2017). Esse novo canal conectou permanentemente a Lagoa de Itaipu ao mar, alterando de forma definitiva o ecossistema das lagoas e de seus arredores. Historicamente, os pescadores locais periodicamente sangravam as lagoas, escavando canais usando enxadas e pás, com o

objetivo de drenar e controlar o nível d'água e prevenir o alagamento de seus terrenos (Oliveira, 1948). Entretanto, estas alterações eram temporárias. Há relatos que em uma semana o mar depositava areia suficiente para fechar o sangradouro (Oliveira, 1948). Diferente da solução temporária obtida pelas práticas dos pescadores, a abertura do Canal de Itaipu sujeitou a Lagoa de Itaipu e, por meio do Canal de Camboatá, a Lagoa de Piratininga, aos movimentos de maré, sofrendo salinização devido à entrada da água do mar, tornando-se lagunas. A condição salobra da Lagoa de Itaipu modificou drasticamente os espaços no entorno do Canal de Camboatá, onde antes abrigava áreas com vegetação rasteira e praias com flora típica de lagoas, como a taboa (*Typha domingensis*), deram lugar à um manguezal de mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-preto (*Avicennia schaueriana*) e

mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) com solo de lama arenosa e material orgânico em decomposição (Prefeitura Municipal de Niterói, 2017).

Após obras de modernização e a instalação de comportas para controle de fluxo d'água do canal em 1992 (hoje abandonadas), atualmente o Canal de Camboatá conta com as seguintes dimensões: cerca de 2,15km de extensão, largura média de 9,5m e profundidade média de 0,4 m (Andrade, 2017; Hidroscience, 2018). Ao comparar mapas atuais (Figura 1) à folha 22° 55' do Serviço Geográfico do Exército de 1933 (Figura 2), observa-se uma drenagem pré-existente no Noroeste da Lagoa de Itaipu que está alinhada com o curso atual do canal, a qual foi muito provavelmente aproveitada para a abertura deste trecho (Serviço Geográfico do Exército, 1933).



Figura 1 - Extensão do Canal do Camboatá e localização (seta azul) do sítio arqueológico Jacuné

Fonte: Autor (2025).



Figura 2 - Sobreposição do mapa atual com à folha 22° 55' do Serviço Geográfico do Exército de 1933 (Figura 2), observa-se uma drenagem pré-existente no Noroeste da Lagoa de Itaipu que está alinhada com o curso atual do canal, esta foi muito provavelmente aproveitada para a abertura deste trecho

Fonte: Adaptado de Serviço Geográfico do Exército, 1933.

Metodologia

O presente trabalho adota uma abordagem interdisciplinar, com análise de conteúdo qualitativa, envolvendo comunidades locais na pesquisa arqueológica, indo além da simples coleta e interpretação dos dados. A investigação foi estruturada em duas frentes complementares, descritas a seguir.

Entrevistas com moradores locais e pescadores artesanais

Realizadas com duas pessoas moradoras da região, as entrevistas semiestruturadas buscaram compreender transformações ambientais percebidas, memória de usos e ocupações do território, e percepções sobre o patrimônio arqueológico. Além disso, promoveu-se a condução de uma delas no sítio arqueológico durante as escavações, com a aproximação de uma discussão coletiva sobre os resultados preliminares da pesquisa, fortalecendo vínculos de pertencimento e mobilização comunitária para a preservação. Também foram entrevistados três pescadores artesanais da Lagoa de Itaipu, que evidenciaram uma resposta organizada e

afetiva ao colapso ambiental que o sistema lagunar Itaipu-Piratininga vem sofrendo nos últimos anos. As entrevistas foram gravadas por voz, com o termo de consentimento livre e esclarecido apresentado aos entrevistados, assim como a coleta de autorização para uso de voz para a presente pesquisa. Posteriormente, foram transcritas e interpretadas por meio de seus significados a partir de uma codificação manual e classificadas de acordo com as categorias de análise estabelecidas previamente, tais como: presença de sítio arqueológico na região, situação ambiental da Lagoa de Itaipu e Canal do Camboatá e perspectivas de ações colaborativas que poderão ser realizadas.

Identificação e pesquisas arqueológicas no Sítio Jacuné

Identificação, delimitação e escavações do sítio Jacuné (RJ-3303302-BA-ST-00022), com registro estratigráfico detalhado, coleta de amostras e análise dos processos de formação e de alteração do sítio. Foram identificadas e mapeadas áreas impactadas por dragagens, assoreamento, bioturbação, poluição das águas e expansão urbana.

Resultados

As múltiplas vozes e perspectivas sobre o local

Os depoimentos dados pelos antigos moradores da região em torno do Canal do Camboatá constituem uma história de transformação do espaço, de uma mudança ambiental brusca e de um crescimento urbano descontrolado. A questão da movimentação através do espaço e a interrupção desta movimentação, causada por mudanças no ecossistema do canal e pela urbanização de suas margens, foi uma pauta recorrente durante nossas conversas. O crescimento do manguezal e as alterações do solo, assim como a construção de casas e condomínios, inviabilizaram antigas trilhas, pontos de pesca e de maneira geral o estilo de vida dos antigos moradores.

“Quando eu era pequena, com uns dez anos assim, você podia transitar. Porque era um terreno [...] era uma coisa socada, tá? Tanto que a gente, os meninos aqui de casa, todo mundo, andavam ali pela Lagoa ali, você não afundava, era uma coisa mais, era um terreno socado assim, entendeu? Não ficava como lama.”

Nos últimos cinquenta anos houve grandes mudanças no ambiente, na flora e fauna do Canal do Camboatá. A transformação deste espaço foi vivida pelos moradores antigos dessa região e teve repercussão na maneira como estes utilizam tal espaço.

“E a vegetação era diferente, tinha muita taboa, muita, muita. As garças ficavam muito aqui, marreco, flamingo, tinha isso tudo, entendeu? Depois da abertura do canal, não. [...] Mas a gente conseguia sim andar, entendeu? [...] De quando eu atravessava ali, a água vinha aqui [apontando mais ou menos para a altura do joelho], entendeu? E era bem mais largo, bem mais largo do que ele é hoje, entendeu? E hoje você não consegue chegar, você tem medo de chegar.”

Estas modificações do ambiente, seja por meio da urbanização ou de mudanças climáticas, pluralmente impactam o patrimônio arqueológico.

Através de depoimentos como esses, de membros da comunidade local, conseguimos enxergar um panorama do passado recente que se aproxima da realidade dos primeiros ocupantes da região, tanto em termos de recursos disponíveis quanto de paisagem e utilização do espaço.

“A lembrança que eu tenho, que é muito, muito viva, assim, eu acho engraçado porque você criança lembrar disso tempos depois, então essa imagem veio na minha cabeça, deu caminhando com meu pai, papai mostrando falando pra gente não se aproximar porque ali era um sítio. Cercadinho com uns mourãozinhos, não era grande, eram uns mourões pequenos de cimento e ele fala que a gente não se aproximasse, que aquilo ali era sítio arqueológico. Essa é uma lembrança. Depois quando essa lembrança se reacendeu? Quando começaram a construir o Ubá Camboinhas. Que eu falei “caramba, será que vão passar por cima, construir em cima desse sítio?”

“Porque não tinha caranguejo, eu não lembro disso de caranguejo. Eu lembro de muita acará, a gente pegava o barquinho, tinha um casal de filhos de uns espanhóis que tinha casa aqui, e eles tinham um barquinho de alumínio e a gente ia, né? Isso já com doze, treze anos assim, a gente ia montava no barquinho ali, quando cê chegava ali na saída pra lagoa acará pulava, sabe? Pra dentro do barco. Pulava. Era muita coisa, muita coisa. Então são essas as lembranças que eu tenho.”

A travessia do canal fazia parte de sua rotina caminhada à praia de Camboinhas.

“[...] eu cheguei aqui com 8 para 9 anos. Aí papai é, me atravessava ali pra gente ir pra Camboinhas a pé pra praia. Então eu entrava dentro do Camboatá, ainda era possível.”

Já as entrevistas realizadas com três pescadores artesanais da Lagoa de Itaipu revelam um profundo vínculo afetivo, histórico e ecológico com a paisagem e o ecossistema. Relatos como os deles e dos moradores reforçam que a região é não apenas um espaço de trabalho, mas também de ancestralidade e luta coletiva. Como relatou um deles:

“A gente podia unir nós aí, ver se salva essa Lagoa, porque a gente ganhou tanto dinheiro e a Lagoa está morrendo [...] faz parte da nossa natureza, aqui a gente somos da natureza, somos cria” (pescador 1, 2024).

As narrativas também trazem informações ecológicas valiosas: o declínio de recursos pesqueiros como cherne, robalo e camarão, o assoreamento da lagoa, a entrada de tilápia e a perda da oxigenação da água são apontados como consequências diretas da obstrução do canal e da urbanização acelerada.

“É o que tem muito agora aqui na Lagoa é jacaré, o peixe realmente sumiu, tem poucos peixes, não tem água suficiente, não tem oxigenação. Você vê que é ó lá, aí, água que está descendo aí. Essa água escura, não tem oxigenação nenhuma. Então, quer dizer, nós precisamos urgentemente desse canal aberto. Que tá acabando até com os poucos criação que tem, tá acabando. Não tem água, não é? Não tem oxigênio mais para sobrevivência de peixe na Lagoa.” (pescador 3, 2024).

Mais do que testemunhos, essas vozes evidenciam uma resposta organizada e afetiva ao colapso ambiental, fortalecendo a proposta de uma arqueologia engajada, aliada à comunidade e promotora da resiliência.

“Agora nós estamos vivendo uma outra história desde o momento que o canal, né? É fechou, está tendo outro ciclo, porque vai ter que ser necessário fazer uma obra. Para que a pescaria continue, mas também dentro do parâmetro que... organizado, para não ter gente pescando, indevidamente, tipo de rede que não convém pescar na Lagoa. Para não ter a pesca predatória [...] mas uma pesca organizada para que todos tiram proveito da pesca. [...] porque né, nós estamos testemunho, né? Ocular. E chega no verão uma safra aqui do camarão, vem gente de tudo quanto é lugar pescar aqui na Lagoa. Vira uma bagunça danada. [...] E não é só organizar pra pescar, pra tirar da Lagoa, ou pescar no mar, mas também, né? Tá como um vigilante, tá vendo esse detalhe pra que, né? As coisas esteja sempre uma união e o bem-estar de todos, né? Não só do pescador, mas dos frequentadores

também, né. E a vida da Lagoa.” (pescador 2, 2024).

Do ponto de vista histórico, o canal do Camboatá, originalmente aberto na década de 1940 com o intuito de facilitar a renovação da água da lagoa e melhorar as condições para a pesca e navegação, foi ao longo do tempo sendo modificado por sucessivas dragagens, sem planejamento ambiental integrado. Essas intervenções contribuíram para alterações significativas na hidrodinâmica do sistema lagunar, impactando tanto o ecossistema como os sítios arqueológicos nas suas margens.

A pesquisa no sítio arqueológico Jacuné

Em 2024, o projeto “Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu: diferentes sociedades ou diferentes áreas de atividades pré-coloniais na Região Oceânica de Niterói – RJ?” (Garcia, 2024; 2025), estabeleceu uma nova fase de investigação na área. Foi nesse contexto que o sítio Jacuné foi identificado pela primeira vez.

Localizado nos fundos dos condomínios Ubá Camboinhas e Jardim Camboatá, próximo ao canal de Camboatá, o sítio apresenta vestígios importantes das ocupações pré-coloniais, registrado a partir da identificação de uma grande quantidade de artefatos líticos lascados em quartzo e valvas de bivalves como *Epicodakia pectinate* e *Anomalocardia*.

Entre os dias 25 de novembro e 9 de dezembro de 2024 foram realizadas escavações e prospecções no entorno do sítio Jacuné. Dentro dessa etapa de pesquisa, se deram os trabalhos que levaram a identificação e caracterização inicial de outros dois sítios: Restinga e Sambaqui do Camboatá (Garcia, 2025).

De modo acessório as quadrículas abertas também foram realizados novos caminhamentos e abertos poços-teste no entorno do Jacuné para refinar seus limites poligonais até então conhecidos. Na Figura 3, podemos observar o panorama inicial preparado para abordar o sítio através de escavações em área e sondagens por poços-teste. Já na Figura 4, observa-se a delimitação atual desse sítio, expandida para Oeste a partir da identificação, em superfície, de

novas séries de artefatos líticos e conchas de bivalves, junto a sedimentos similares aos já conhecidos para o Jacuné. Os pontos amarelos que vemos na porção Oeste são parte dos pré-plotados que se vê na imagem anterior, e que não puderam ainda ser averiguados por estarem na margem oposta do canal do Camboatá. Os pontos brancos representam sondagens negativas e os vermelhos positivas, mas com características distintas dos conhecidos no Jacuné e sugerem a existência de uma outra área de atividade, o sítio Restinga. Relacionado diretamente ao sítio Jacuné foram abertas 12 sondagens sistemáticas (pré-plotadas), três sondagens assistêmáticas com posicionamentos decididos em campo, e oito pontos de coletas de superfície em área externa ao polígono já conhecido.

Encontram-se em estágio inicial de curadoria os artefatos líticos, totalizando 2.685kg, 165g de materiais zooarqueológicos e 8.101kg de amostras malacológicas. Carvões e otólitos coletados do sítio foram encaminhados à datação por radiocarbono. Com as unidades estratigráficas identificadas, observa-se que àquelas cujo contexto deposicional é original e *in situ*, localizam-se a apenas 5m a Leste dos limites atuais do Condomínio Ubá Camboinhas, o que permite a interpretação de que a construção pode ter, de fato, impactado uma parcela do sítio arqueológico.

Concluindo essa primeira etapa de campo do sítio Jacuné, e com os registros dos sítios Restinga e Sambaqui do Camboatá, nos deparamos com um grande polígono em ferradura formado pelo contato entre os três, cercando os fundos dos condomínios Ubá Camboinhas e Jardim Camboatá. Com tal constatação, maior força ganhou a hipótese levantada no início dos trabalhos no Jacuné, de que a urbanização dessa porção da cidade cresceu sobre terrenos ocupados em um período pré-colonial, como pode ser visualizado na Figura 4.

Desafios na preservação dos sítios frente a intensa urbanização e transformações da paisagem

Apesar de sua importância, o sítio Jacuné encontra-se sob constante ameaça. Três processos principais comprometem sua integridade: novas intervenções previstas pelo Poder Municipal para

evitar o assoreamento do canal do Camboatá, na entrada junto a Lagoa de Piratininga; a intensa urbanização, que desde a década de 1990 cresce a cada ano e os atuais processos bióticos como bioturbação por caranguejos, frente a transformação deste ecossistema para um ambiente de manguezal.

Esses elementos, somados ao aumento das chuvas torrenciais, à elevação do nível do mar e à degradação da vegetação de restinga, apontam para um cenário de risco constante para os vestígios arqueológicos. Entrevistas com moradores antigos da região confirmam alterações significativas nas margens da lagoa, atribuídas à canalização e à urbanização.

Além disso, estudos recentes demonstram que o novo marco legal aprovado no município (Lei Urbanística de Niterói – PL 221/2023), responsável por disciplinar o uso do solo, não considerou os cenários de mudanças climáticas projetados para a região, ignorando previsões de elevação do nível do mar entre 1,20 e 1,80 metros nas próximas décadas. Essa omissão ameaça áreas já reconhecidas como frágeis, incluindo sítios arqueológicos registrados e zonas de preservação permanente no entorno da Lagoa de Itaipu.

Entre as ações propostas durante as reuniões participativas junto à comunidade local, se destacou a necessidade de integração da arqueologia ao planejamento, desde a etapa do projeto executivo em questão. Dessa forma, o sítio Jacuné poderá vir a ser um núcleo interpretativo e educativo dentro do projeto, com sinalização, trilhas guiadas e atividades de educação patrimonial, além de placas informativas, fotografias e dados da pesquisa arqueológica, que fortalecem o sentimento de pertencimento e participação comunitária, despertando a curiosidade de se conhecer mais sobre o patrimônio cultural da região.

Levantou-se a necessidade também das exigências de estudos de impacto arqueológico e ambiental prévios, incluindo análises de vulnerabilidade climática, estabelecendo e respeitando as zonas de amortecimento e áreas de preservação permanente em torno do sítio, e que também são da própria Lagoa, como a delimitação da faixa marginal de proteção.

Solicitou-se, ainda, a intensificação da fiscalização contra aterros, dragagens não autorizadas

e remoção de vegetação nativa. Ações essas que contribuem para que licenças urbanísticas se adequem para contemplar cenários de mudanças climáticas, evitando ocupações em áreas de risco.

Ao articular preservação patrimonial, uso sustentável e participação social, essas medidas permitem que o recém anunciado *Projeto Parque Lagoa de Itaipu* seja não apenas uma intervenção paisagística, mas também um exemplo de gestão integrada do patrimônio arqueológico e ambiental.

A combinação dessas abordagens permitiu relacionar dados materiais, contextos históricos e

perspectivas sociais, ampliando a compreensão sobre os riscos atuais e potenciais ao patrimônio arqueológico na região, ao mesmo tempo em que promoveu a apropriação comunitária do processo de pesquisa, bem como o envolvimento nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural. Essa dimensão participativa é essencial para integrar o conhecimento científico ao saber local e fomentar o engajamento social na elaboração do diagnóstico de gestão do sítio arqueológico Jacuné.

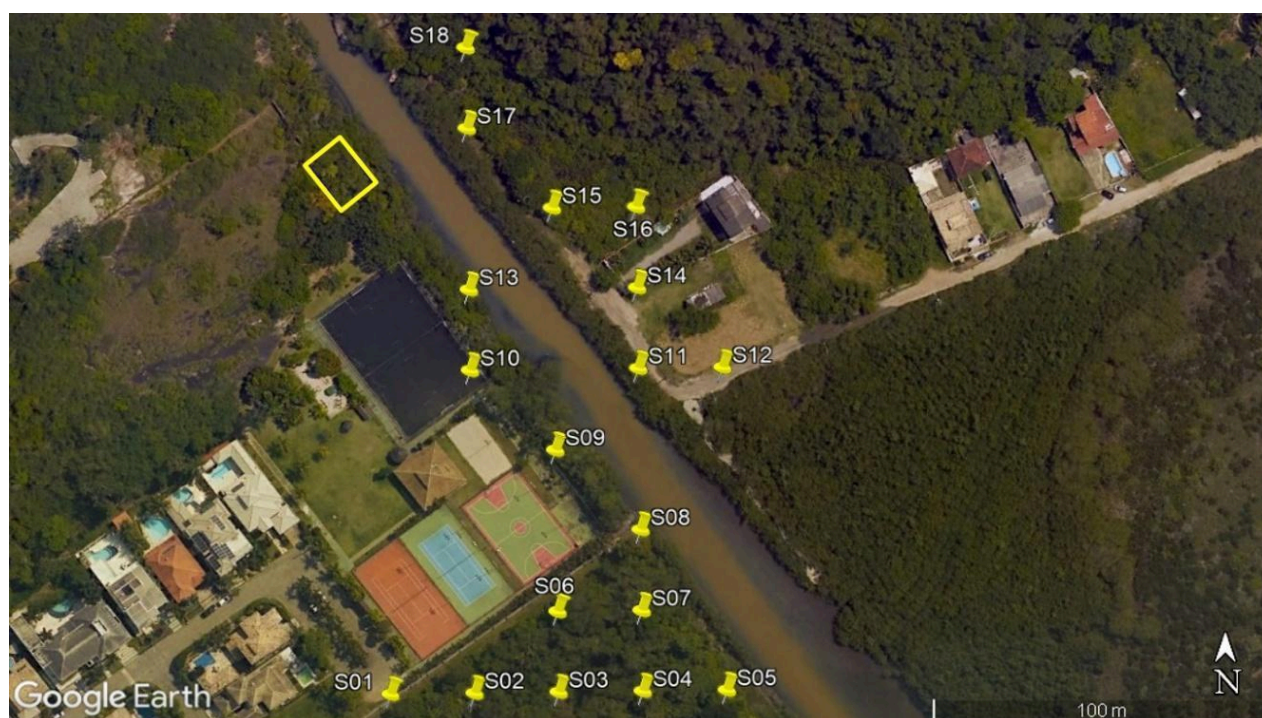


Figura 3 - Área inicial de implementação da malha para escavação do Jacuné delimitada por polígono e pontos pré plotados equidistantes em 25m para averiguação da subsuperfície ao entorno

Fonte: Autores (2025).

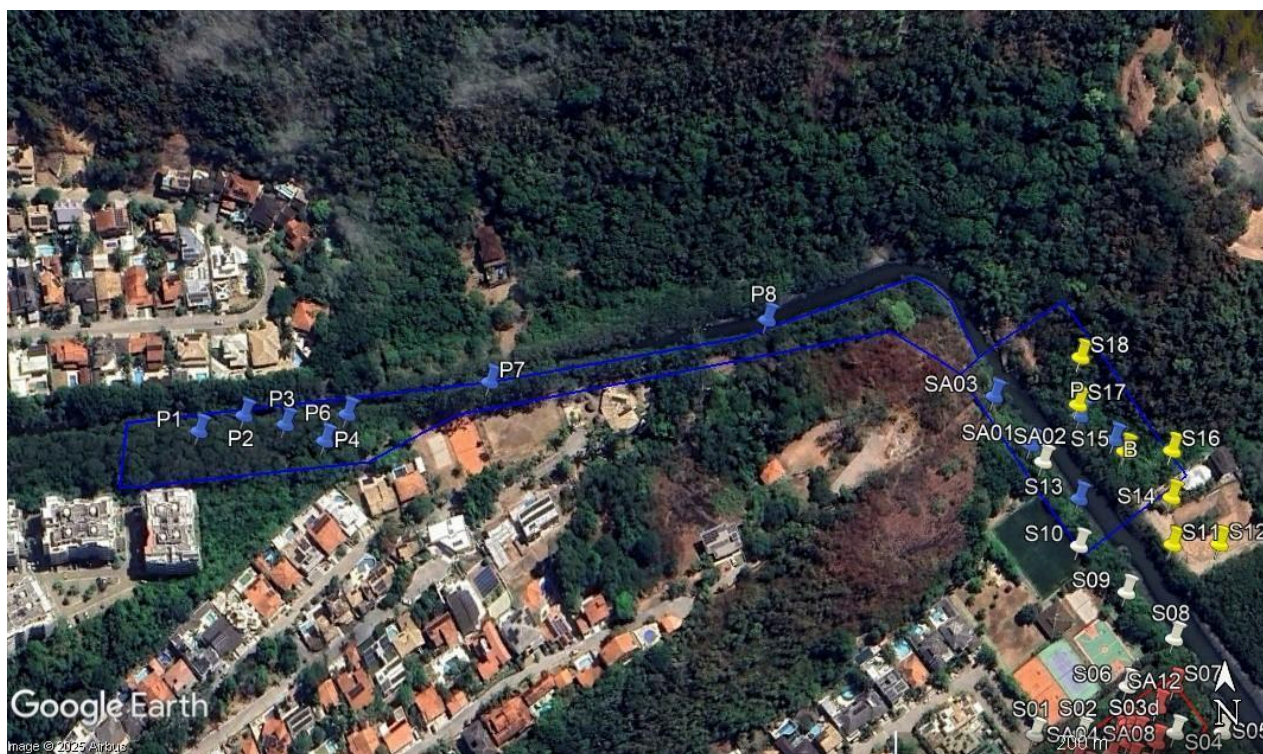


Figura 4 - Área final com materialidades associadas ao sítio Jacuné delimitada por polígono azul. Juntamente vemos os pontos positivos para o sítio Jacuné (azul), negativos (brancos), não escavados (amarelo) e positivos para o sítio Restinga (vermelho)

Fonte: Autores (2025).

Discussão

A escavação do sítio Jacuné se insere em um contexto marcado por múltiplas pressões sobre o território, incluindo o projeto agora denominado *Parque da Lagoa de Itaipu*, com a instalação de uma ciclovia e travessia no entorno imediato do sítio arqueológico. Embora iniciativas de mobilidade urbana sejam geralmente associadas à sustentabilidade, sua implementação em áreas de alta sensibilidade arqueológica e ecológica exige uma reflexão mais profunda.

Neste cenário, a Arqueologia não pode se limitar ao papel de registradora de evidências ameaçadas. Ela deve atuar como prática ética e de resistência, chamando atenção para os potenciais conflitos entre a conservação do patrimônio e os interesses urbanísticos imediatistas, frequentemente impulsionados sem consulta pública adequada ou estudos de impacto arqueológico consistentes.

A noção de resiliência, nesse caso, não se aplica apenas às populações humanas ou aos ecossistemas costeiros, mas também às estratégias

desenvolvidas pelos arqueólogos e pelas comunidades locais para manter vivos os sentidos históricos e afetivos dos sítios. A escavação, nesse sentido, torna-se uma ferramenta política e pedagógica: serve não apenas para produzir conhecimento técnico, mas para dar visibilidade a narrativas apagadas, convocar o debate público e tensionar decisões que, sob a justificativa do “progresso”, podem resultar em perdas irreversíveis.

Como indicam os relatos de moradores entrevistados, há uma forte percepção de que a Lagoa de Itaipu e seus arredores vêm sendo alterados pela urbanização sem diálogo com os que ali vivem e conhecem o território. Frente a isso, arqueólogos podem se posicionar como mediadores, articulando saberes locais e técnicos para questionar projetos de infraestrutura que, mesmo sob roupagem ecológica (como ciclovias), podem representar riscos substanciais ao patrimônio cultural.

Essa escuta ativa fortalece a Arqueologia Pública e Comunitária como abordagem essencial em tempos de crise. Ao envolver as comunidades, amplia-se o sentido da preservação e reconhece-se

que o patrimônio não é apenas um registro do passado, mas um recurso vivo, ligado à identidade e aos modos de vida locais (Garcia, 2024; Tizuka et al., 2024).

Uma das principais contribuições da Arqueologia frente às mudanças climáticas é a capacidade de documentar transformações ao longo do tempo. No Jacuné, o cruzamento com registros históricos e entrevistas permitiu identificar o sítio, além de áreas potenciais afetadas por diferentes intervenções. Futuras investigações, como datações e continuidade das pesquisas relacionadas aos processos de formação do sítio, irão subsidiar novas discussões e permitir a ampliação do conhecimento técnico, gerar divulgação científica e ações de educação patrimonial nestas localidades.

A iminente implantação do *Projeto Parque Lagoa de Itaipu* e o avanço de empreendimentos imobiliários, como novos condomínios na região, representam oportunidades e riscos simultâneos para o patrimônio arqueológico local. Para que o sítio Jacuné não seja comprometido, é essencial que políticas públicas, gestão territorial e prática arqueológica atuem de forma articulada.

Tais práticas articuladas, são fundamentais para construir diagnósticos de risco, subsidiar políticas de proteção e orientar futuras intervenções e ações educativas com comunidades locais, além de contribuir para gerar modelos replicáveis em outras regiões costeiras.

Considerações finais

O caso do sítio Jacuné convida a Arqueologia brasileira a repensar suas práticas diante do colapso ambiental. Ao estudar como sociedades humanas lidaram com transformações ambientais no passado, a Arqueologia oferece *insights* poderosos sobre estratégias de resiliência. Mais do que relatar perdas, é necessário propor alternativas: educativas, políticas e técnicas. Diante de um litoral em constante transformação, escavar é também resistir. E resistir é construir futuros possíveis.

Entre as ações possíveis, destacam-se possibilidades de se desenvolver uma educação patrimonial continuada, como implementação de programas permanentes de educação patrimonial

com escolas e associações locais, incluindo oficinas, exposições itinerantes e escavações simuladas. Além disso, produção de materiais acessíveis, a exemplo de Leles et al (2025), que relacionem patrimônio, mudanças climáticas e memória comunitária.

Fomentar a participação comunitária por meio da arqueologia pública e comunitária, que garantam que decisões sobre preservação de sítios incluam também moradores, pescadores e lideranças locais. Estabelecer protocolos de monitoramento participativo, nos quais a comunidade registre alterações ambientais e possíveis danos aos sítios ainda é um desafio por envolver recursos, porém uma incidência política e articulação institucional já tem sido realizada, como por exemplo, incluir nas pautas de apresentações de projetos executivos junto a órgãos municipais e estaduais para incluir a variável “mudanças climáticas” no licenciamento ambiental e urbanístico de áreas arqueológicas costeiras, além de propor instrumentos de proteção especial (como tombamentos ou zonas de amortecimento) para áreas de alta vulnerabilidade arqueológica.

A equipe de pesquisa está ainda desenvolvendo a preservação preventiva, por meio de técnicas e aplicação de métodos de registro digital (fotogrametria, escaneamento 3D), para salvaguardar informações dos sítios e acervos.

Essas ações transformam a prática arqueológica de uma atividade meramente reativa para uma atuação propositiva, integrando ciência, memória e cidadania na construção de respostas concretas às crises ambientais.

Agradecimentos

Agradecemos aos moradores locais de Jacuné e à comunidade de pescadores e pescadoras artesanais de Itaipu, que se disponibilizou a participar de entrevistas e colaborar com esta pesquisa, em prol da preservação do patrimônio arqueológico e ambiental da Lagoa de Itaipu e arredores. Agradecemos também a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que através do programa Prodocência – e sua Bolsa de Articulação Acadêmico-Profissional (BAAP) – apoiou a realização desse trabalho.

Referências

ANDRADE, Marcela Nogueira; GASPAR, Maria Dulce. O protagonismo do Museu Nacional entre a pesquisa e a defesa pela preservação do patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ). **Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, 2019.

ANDRADE, José Joaquim Dutra de. **Evolução ambiental das lagoas de Piratininga e Itaipu, determinação da linha de base e seus entornos**. Dissertação (Mestrado em Dinâmica dos Oceanos e da Terra). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

DUTRA, José. **A influência das intervenções humanas no sistema lagunar Itaipu–Piratininga: diagnóstico ambiental e proposições de requalificação**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

GARCIA, Anderson Marques. Relatório de Pesquisa entregue ao IPHAN. Rio de Janeiro: UERJ/NuPAI, 2025.

GARCIA, Anderson Marques. Projeto de Pesquisa: Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu. Submetido ao IPHAN. Rio de Janeiro: UERJ/NuPAI, 2024.

HIDROSCIENCE CONSULTORIA E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL EIRELI. **Evolução histórica dos usos do sistema lagunas e seu entorno**. CONTRATO SEXEC N° 07/2018 - Elaboração de estudos para análise da condição ambiental do sistema perilagunar Piratininga-Itaipu – Niterói. Preparado para: Prefeitura Municipal de Niterói, RJ. Porto Alegre, RS, 2018.

MASSON-DELMOTTE, Valérie; *et al.* **IPCC**. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change IPCC, Geneva, Switzerland, 184 pp. Disponível em: doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647. Acesso em: 10 fev. 2024.

LELES, Daniela; *et al.* Rediscovering forgotten collections and their impact on society for the preservation of threatened archaeological sites. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 97, n. 1, 2025.

OLIVEIRA, Lejeune P. H. de. Estudo hidrobiológico das lagoas de Piratininga e Itaipú. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. **Fundação Oswaldo Cruz**, Ministério da Saúde, v. 46, n. 4. Rio de Janeiro, RJ, 1948.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade. **Restauração Ecológica Do Município De Niterói** - RJ, Niterói, RJ, 2015.

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. Folha 22° 55'. Niterói, RJ, 1933. Escala 1:50.000.

TIZUKA, Michele; *et al.* O cadastramento dos sítios arqueológicos de Duna Pequena e Sambaqui

de Camboinhas, Niterói, RJ. **Revista Noctua**, v. 1, n. 9, 2024.a.

TIZUKA, Michele., JAMEL, Carlos; CANTELE, Fernando J.; SOLTYS, Fernando A.; NUNES, Maria; COSTA, André P.; QUEIROZ, Felipe. **Sítios arqueológicos em unidades de conservação, como preservar: o caso da Duna Grande de Itaipu e do sítio sambaqui Camboinhas, Niterói-RJ.** *In:* Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico, 2019.